



# DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DA PARAÍBA

## C O N S E L H O S U P E R I O R

### ATA DA CENTESIMA VIGESIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA, BIÊNIO 2022/2024- REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2024.

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro (30.04.2024), sob a Presidência da Defensora Pública-Geral Dra. Maria Madalena Abrantes Silva o **CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA**, reuniu-se em sessão ORDINÁRIA, estando presentes o Subdefensor Público-Geral institucional Dr. Ricardo José Costa Souza Barros, o Corregedor-Geral Coriolano Dias de Sá Filho, participando presencialmente as Conselheiras Maria de Fátima de Souza Dantas, Waldelita de Lourdes da Cunha Farias Rodrigues e Ryveka Campos Martins Bronzeado, e por vídeo conferência a Conselheira Monaliza Maelly Fernandes Montenegro, o Conselheiro Enriquimar Dutra da Silva e a Ouvidora Maria do Céu Cavalcanti Palmeira, registrando a ausência do Presidente da Associação dos Defensores Públicos, para deliberar assuntos da Pauta: **1.** Leitura, aprovação e assinatura data da 122ª (Centésima vigésima segunda) Reunião Ordinária de 19.03.2024; **2.** Apreciação do Processo nº 266/2024, de autoria do Defensor Público Antonio Nery de Luna Freire, referente ao pedido de nulidade da decisão que não observou a convocação do Defensor Público apto a substituir o Corregedor Geral por ocasião de seu impedimento em sessão do dia 18.12.2023, de relatoria do Conselheiro Subdefensor Ricardo José Costa Souza Barros; **3.** Apreciação da minuta de Resolução que altera dispositivos da Resolução nº 064/2021 - PROEST (Programa de Estágio de Nível Superior e Pós-Graduação no âmbito da DPPB); **4.** Demais assuntos pertinentes a DPPB. A Presidente iniciou a sessão fazendo uma oração, em seguida passou a apreciação do 1º item da pauta, informando que todos receberam a Ata previamente, e indagando dos senhores conselheiros se estavam aptos a aprovar e assinar

*A*

*B*

*Monaliza*

*CP*

*DPPB*

*see*

*l*

*[Signature]*

*[Signature]*



a Ata da 122ª (Centésima vigésima segunda) Reunião Ordinária ocorrida em 19.03.2024, sendo aprovada e assinada a referida Ata; Seguindo a pauta a Presidente passou a palavra ao Subdefensor Público-Geral Ricardo José Costa Souza Barros relator do Processo nº 266/2024, de autoria do Defensor Público Antonio Nery de Luna Freire, referente ao pedido de nulidade do julgamento daqueles autos, em sessão realizada dia 18.12.2023, o Subdefensor Público-Geral Ricardo José Costa Souza Barros iniciou fazendo uma recapitulação e explanação sobre os termos do requerimento, informando que foram apreciados por este Conselho 03 (três) processos de autoria do mesmo Defensor Público, onde a Presidente do Conselho e o Corregedor Geral se manifestaram pelos seus respectivos impedimentos para atuarem no julgamento daqueles processos, retirando-se ambos da mesa do Conselho Superior, sendo a Presidente afastada substituída legalmente naquela ocasião pelo Subdfensor ora relator, afastando-se também o Corregedor Geral, que nesse caso já foram colhidos os votos de todos os Conselheiros na reunião ordinária do dia 18.12.24, e que poderia decidir monocraticamente, mas, contudo, decidiu trazer à mesa do Conselho para informar aos membros sobre a decisão, já que todos os conselheiros participaram do julgamento anterior, decidindo em devolver o processo a Secretaria do Conselho Superior para que seja aberto vista ao Defensor Público substituto do Corregedor-Geral em seus impedimentos, e que não estiver impedido para atuar na referida substituição, conforme estabelece a legislação, devendo a secretaria do conselho providenciar a notificação do substituto de acordo com a sequência da Lista de Antiquidade; presente a reunião o Defensor Antônio Nery de Luna Freire pediu a palavra, sendo atendido e passou a relatar que não tem mais interesse na resolução deste processo, que existe um processo tramitando no judiciário contra sua pessoa protocolado pela Defensora Pública Berthezene Barros da Cunha Lima Martins, que, apesar de ser esferas diferenciadas, administrativa e judiciário, mas em ambas esferas envolve as mesmas partes, sugerindo ao Conselho que a Defensora Pública seja ouvida quanto a uma possível conciliação e enceramento

mas

f

b

RJP  
LJP

The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that every entry should be supported by a valid receipt or invoice. This ensures transparency and allows for easy verification of the data. The second part of the document details the various methods used to collect and analyze the data. It describes how the information is processed and how it is used to generate reports. The final part of the document provides a summary of the findings and offers recommendations for future improvements. It suggests that regular audits and updates to the system are essential for maintaining the accuracy and reliability of the data.

dos processos, que uma vez a Defensora decidindo pelo arquivamento do seu processo, também optaria pelo arquivamento de todos os seus processos administrativos que tramitam neste Conselho e na Corregedoria, passando o relator a palavra aos Conselheiros, que decidiram por unanimidade que a Defensora Pública Berthezene Barros da Cunha Lima Martins deverá ser ouvida sobre a proposta do Defensor Antonio Nery de Luna Freire, para opinar sobre a possível conciliação nos processos; informando o Subdefensor relator que, independente da manifestação ou não de Dra. Berthezene Barros da Cunha Lima Martins, este processo deverá seguir seu rito quanto a decisão acima. Seguindo a pauta a Presidente apresentou a minuta de Resolução que altera dispositivos da Resolução nº 064/2021 - PROEST - Programa de Estágio de Nível Superior e Pós-Graduação no âmbito da DPPB, facultando a palavra a servidora Luana Kelly King, responsável pelo setor de estágio da DPPB, para as devidas informações, e após ampla discussão foi aprovado por unanimidade a resolução; a Conselheira Waldelita de Lourdes da Cunha Farias Rodrigues propôs que seja consignado em Ata que se deverá priorizar a contratação dos estagiários de graduação, pelo baixo custo para a Instituição, acostando-se a propositura a Conselheira Ryveka Campos Martins Bronzeado; a Conselheira Ryveka Campos Martins Bronzeado perguntou como seria custeada as contratações, sendo respondido pela servidora Luana Kelly que não haverá aumento de despesas, porque o objeto da modificação da Resolução é para regularizar a atual situação porque a anterior prevê a contratação de 150 (cento e cinquenta) e que na realidade atualmente conta com 293 (duzentas e noventa e três). Ante essa explicação a Conselheira se posicionou pela aprovação com priorização em manter os já contratado e ressaltando que a administração tem que obedecer as Resoluções aprovadas pelo Conselho, uma vez que se o Conselho aprovou 150 (cento e cinquenta) vagas, não poderia simplesmente contratar e trazer para este Conselho modificar um aumento já realizado, porque do contrario o que estaria fazendo no Conselho; a Conselheira Maria de Fátima de Souza Dantas pediu a palavra e solicitou que constasse em Ata a excelente atuação da Coordenadora que sempre atende os pedidos que chegam ao setor de estágio, sendo acostado por todos os Conselheiros. Nos demais assuntos; A Conselheira Monalisa

see

The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that every entry should be supported by a valid receipt or invoice. This ensures transparency and allows for easy verification of the data. The text also mentions that regular audits are necessary to identify any discrepancies or errors in the accounting system.

In the second section, the author details the various methods used for data collection and analysis. This includes both manual and automated processes. The manual process involves reviewing source documents and entering the data into a ledger. The automated process uses specialized software to extract data from digital sources and perform calculations. The author notes that while automation increases efficiency, it also requires careful oversight to ensure data integrity.

The third part of the document focuses on the reporting and communication of financial information. It describes the different types of reports generated, such as balance sheets, income statements, and cash flow statements. The author stresses that these reports should be presented in a clear and concise manner, using appropriate accounting standards. Additionally, the text highlights the importance of providing timely and accurate information to stakeholders, including management and investors.

Finally, the document concludes with a discussion on the future of accounting and the role of technology. It predicts that the continued development of artificial intelligence and data analytics will significantly impact the industry. While these technologies offer new opportunities for automation and insight, they also pose challenges, such as the need for updated skills and ethical considerations. The author suggests that a balanced approach, combining human expertise with technological innovation, is the most effective way to advance the field.

Maelly Fernandes Montinegro falou da regulamentação dos tribunais superiores, que o Corregedor Geral pediu vistas e ainda não obteve resposta, sendo respondido pelo Corregedor que irá fazer uma leitura das atas antigas para saber quais os tópicos que ficaram pendentes; o Subdefensor Ricardo Barros pediu a palavra e falou que o Tribunal de Justiça recentemente criou 07 (sete) vagas para desembargadores, que no vácuo o Ministério Público também criou por lei 07 (sete) cargos de Procuradores de Justiça, e sugeriu o envio de projeto de lei para o poder legislativo aumentando o número de cargos de Defensor Público Especial Categoria DP IV; A Presidente parabenizou o Defensor Público aposentado Everaldo Lira de Lima pela conquista frente a eleição junto a Associação dos Defensores Públicos da Paraíba. Vencida a pauta e sem mais assuntos a tratar foi encerrada a reunião e lavrada a presente Ata, que será assinada pela senhora Presidente, pelos senhores Araújo Conselheiros e por mim, -  
Araújo Maria Auxiliadora Targino de  
 Araújo, Secretária do Conselho Superior da Defensoria Pública,  
 e por quem mais de direito.

  
 MARIA MADALENA ABRANTES SILVA  
 PRESIDENTE

  
 RICARDO JOSÉ COSTA SOUZA BARROS  
 SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL INSTITUCIONAL

  
 CORIOLANO DIAS DE SÁ FILHO  
 CORREGEDOR-GERAL

  
 WALDELITA DE LOURDES DA CUNHA FARIAS RODRIGUES  
 MEMBRO

  
 MARIA DE FÁTIMA DE SOUZA DANTAS  
 MEMBRO





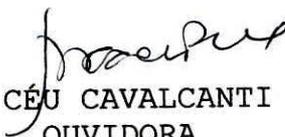
ENRIQUIMAR DUTRA DA SILVA  
MEMBRO



MONALIZA MAELLY FERNANDES MONTINEGRO  
MEMBRO



RYVEKA CAMPOS MARTINS BRONZEADO  
MEMBRO



MARIA DO CÉU CAVALCANTI PALMEIRA  
OUVIDORA

REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS

The first part of the document  
 discusses the importance of  
 maintaining accurate records  
 and the role of the  
 committee in this regard.  
 It also outlines the  
 procedures for handling  
 confidential information  
 and the need for  
 transparency in all  
 financial transactions.  
 The second part of the  
 document focuses on  
 the operational aspects  
 of the organization, including  
 the management of  
 personnel and the  
 coordination of various  
 projects. It emphasizes  
 the need for clear  
 communication and  
 effective teamwork to  
 ensure the successful  
 completion of all  
 tasks.